



Arquivo

A Secretaria do Planejamento de São Paulo errou nos cálculos, agravando o problema do excedente de energia elétrica fornecida pela Cesp. Os prejuízos podem chegar a Cr\$ 31 bilhões.

Energia conduz a política econômica

“A correção do desequilíbrio externo da economia brasileira ainda depende de alterações significativas nas estruturas internas de produção e consumo de energia”, apesar das atuais oscilações favoráveis dos preços internacionais do petróleo. A opinião é do presidente João Figueiredo, para quem a substituição do petróleo por fontes alternativas de energia “se processa em ritmo encorajador”.

Até mesmo por razões de segurança nacional, as autoridades econômicas rejeitam a hipótese de se retirar a prioridade aos programas de substituição de energia importada, em consequência da queda dos

preços externos do petróleo e do menor ritmo de crescimento da economia brasileira. Para o ministro do Planejamento, Delfim Netto, “o fato importante é aquele em que o governo tem de colocar toda a sua ênfase: a adaptação da economia à crise de energia, porque é o sucesso desta adaptação que vai dar ao País a perspectiva de superar essas crises, a da inflação e a do balanço de pagamentos”.

O secretário-geral do Planejamento, José Flávio Pécora, diz que reduções no ritmo de crescimento econômico não podem implicar na paralisação dos projetos que permitirão ao País reduzir sua dependên-

cia do petróleo importado. “A taxa de crescimento mínima deve respeitar a restrição de que a economia alcance, nos próximos quatro anos, expressiva substituição de petróleo e crescimento das exportações, para ingressar na segunda metade da década com uma situação do balanço de pagamentos totalmente sob controle.”

Em 1981, a Petrobrás concentrou 87% de seus investimentos diretos na exploração de petróleo e gás natural — Cr\$ 87,5 bilhões em exploração e Cr\$ 133,8 bilhões no incremento da produção, no total de Cr\$ 221,3 bilhões. Nos programas de substituição do petróleo, o ministro das Mi-

nas e Energia utilizou Cr\$ 109,15 bilhões, através do Programa de Mobilização Energética, que em 1981 visou estimular desde o aproveitamento do potencial hidrelétrico até o desenvolvimento do carvão mineral e vegetal, xisto, álcool, babaçu, turfa, além dos programas de conservação e substituição de derivados de petróleo na indústria e transportes.

Além de manter o ritmo intensivo na prospecção de petróleo, Pécora assegura que a política energética continuará, pelo menos até 1985, a dar prioridade e apoio integral à substituição do uso de derivados de petróleo, “concentrando esforços no aproveitamen-

to de alternativas comprovadamente viáveis” e — a médio prazo — a política energética brasileira será a peça fundamental para a efetiva correção do desequilíbrio externo, na medida em que propicie um aumento de produção de petróleo nacional e substituição do petróleo por outras fontes de energia”.

O petróleo vem diminuindo gradativamente sua participação na estrutura do consumo de energia no País — caiu de 41,6% em 1979 para 39,1% em 1980, e para 37,9% no ano passado, com o maior uso de energia hidráulica, carvão mineral, lenha e outras fontes energéticas. Assim, o consumo de derivados de

petróleo teve redução de 7,8%, o que permitiu corte equivalente nas importações, em 1981 e a manutenção do limite de compra externa de 750 mil barris diários, nos primeiros meses do ano.

Com a manutenção da política de restrição ao consumo de derivados de petróleo, os preços internos continuarão a subir ao nível da inflação, mesmo com a queda no mercado internacional e o aumento da produção interna (17% em 1981). Na estimativa do ministro das Minas e Energia, César Cals, os resultados da política energética em vigor já traduzem menor dependência externa.

Para o presidente Fi-

gueiredo, “os esforços permitirão a redução em cerca de 635 mil barris/dia o consumo de petróleo projetado para 1985”. Cesar Cals diz que em 1985 o País estará produzindo 1 milhão de barris de combustíveis líquidos — 500 mil de petróleo e outro tanto de energia alternativa — e a importação também cairá para 500 mil barris. Para justificar o otimismo, Figueiredo observa que, no ano passado, as reservas conhecidas de petróleo aumentaram 7,8% e atingiram 230 milhões de metros cúbicos.

Com a instituição do Programa de Conservação de Energia no setor industrial, em fevereiro de 1981, o governo passou a atacar

mais o consumo de derivados de petróleo nas indústrias, responsáveis pela queima de 88% do gasto de óleo combustível e 12% do óleo diesel consumido no País.

Ainda dentro do programa, a Secretaria de Tecnologia Industrial (STI) aprovou, no ano passado, 16 projetos de tecnologia industrial para redução ou substituição do uso de energéticos importados na indústria, enquanto outros oito estavam em análise ou fase de contratação, no final do ano. Os 24 projetos representavam investimentos globais de Cr\$ 326,8 milhões, sendo Cr\$ 268,1 milhões financiados pelo programa.